



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

BRASÍLIA, DF, 27 DE OUTUBRO DE 1998

Como é a primeira vez que falo à Nação depois de concluídas as eleições, quero agradecer mais uma vez o apoio que recebi dos brasileiros e das brasileiras.

Neste momento em que o Brasil enfrenta, com determinação, uma séria crise financeira internacional, temos de estar unidos e pensar nos interesses mais altos do País.

Quero falar sobre orçamento, um assunto que cada um de vocês conhece bem, sobretudo as donas de casa. Todos sabemos que é preciso equilibrar aquilo que gastamos com o que recebemos.

Com os países não é muito diferente. Se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos no endividar. Quanto maior for a dívida, maiores serão os juros.

A Previdência Social é a área onde gastamos mais e arrecadamos menos. É uma das principais causas do déficit público. Eu quero mostrar a vocês essas contas.

O prejuízo global da Previdência é de 42 bilhões de reais. Desses 42 bilhões, 7,8 bilhões são do setor privado, que atende a 18 milhões de beneficiários.

Agora, no Setor Público, só no Governo Federal, há um prejuízo de 18 bilhões de reais para beneficiar 905 mil pessoas. Então, está se vendo que o grande problema que nós temos é o da Previdência Pública.

Amanhã vamos propor ao Congresso um Programa de Estabilidade Fiscal, que deverá ser um compromisso de todos os brasileiros, para cortar o mal pela raiz.

Vou explicar agora o que nós vamos fazer. Como você sabe, o Governo não pode mexer em cerca de $\frac{3}{4}$ do orçamento. A Constituição não permite alterar os gastos com a Previdência, nem com o funcionalismo. As transferências para Estados e Municípios também são definidas na Constituição e, aliás, vêm crescendo de modo expressivo. Por isso, o Governo não pode mexer em $\frac{3}{4}$ do orçamento.

Assim, o Executivo só pode reduzir despesas em menos de $\frac{1}{4}$ do orçamento, o chamado custeio, e a metade desses recursos se refere a saúde, educação e assistência social, que são necessidades básicas da população, por isso, o essencial nessa área terá que ser mantido.

Estamos propondo ao Congresso um corte de 8,7 bilhões para 1999. Ir além disso significaria paralisar atividades essenciais do Estado.

É um corte sem precedentes. Deixa clara a determinação do Governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo.

Mas isso não é suficiente para equilibrar as contas do País. Teremos que aumentar um pouco da contribuição dos servidores públicos para a sua Previdência. Eu já expliquei por que. Um pouco do CPME. Um pouco do COFINS. E outras medidas que vão ser anunciadas amanhã.

Mas não autorizei qualquer modificação no Imposto de Renda da Pessoa Física, no INSS, nem nos impostos que acabam recaindo sobre os mais pobres. Vamos adotar medidas equilibradas, um pouco em cada área, e sempre com a preocupação de proteger os mais pobres.

A maioria dos cortes e do aumento da arrecadação diz respeito a medidas transitórias, para atender uma situação de emergência. Elas serão suspensas assim que conseguirmos restaurar maior equilíbrio em nossas contas. Mas a solução definitiva não está nessas medidas. O que vai equilibrar nossas contas são as reformas.

O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência.

- Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano – precisamos da Reforma da Previdência.
- Não há justificativa para que alguns estados gastem 80% da sua receita em salário para funcionários públicos, como ainda acontece. Por isso vamos implantar a reforma administrativa.
- Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva quem produz. Daí a reforma tributária, que é urgentíssima.

E por último, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos assegurar que a União, os Estados e os Municípios vivam dentro dos seus limites.

Faço um apelo ao Congresso: vote as reformas e o programa de estabilidade fiscal, em regime de urgência. Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o País retomará sua trajetória de crescimento.

Não existe nada pior para o País do que taxas de juros em vigor desde que a crise internacional começou.

Elas prejudicam a produção e as contas públicas. Quanto mais depressa você voltar a comprar a prazo, com juros mais baixos, melhor para você e para o País. As medidas que estamos propondo são para acabar com o flagelo dos juros altos.

Elas foram desenhadas com a preocupação de preservar, tanto quanto possível, o setor produtivo. A agricultura, as exportações, o setor de bens de capital serão menos afetados.

O programa cobrará mais de quem pode mais. E menos, de quem tem menos.

Se implantarmos o programa de estabilidade fiscal com urgência, já no início do próximo ano viveremos novamente sob clima de tranquilidade e de confiança na economia.

O Brasil sairá fortalecido da crise internacional. Continuará a ser um mercado atraente para investimentos. Retomará o crescimento e a geração de empregos de que tanto precisamos.

Fui eleito para defender o Real, preservar o poder de compra dos assalariados e proteger nossa economia da ameaça dos capitais especulativos. Para prosseguir nas reformas que os brasileiros querem e o País precisa e para ampliar os programas sociais que estão construindo um Brasil mais justo.

Não abro mão desses compromissos.

Não vacilarei em cumprir a vontade do povo brasileiro.